DEMOCRACIA E CIDADANIA: PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO

HUSTANA MARIA VARGAS - FEUFF

SUMÁRIO

- Escolarização na “schooled society”
- Público e privado na educação: uma discussão antiga (e ultrapassada?)
- Público e privado: demarcações e confusões possíveis
- Público e privado na sociedade e na política brasileiras: aqui as coisas se complicam!
- A) O elemento federativo: federalismo “importado”
- B) A disputa Estado x governos
- C) Fisiologismos, localismos, nepotismo: os “donos do poder”
- Repercussão no dia a dia da educação pública e privada: Sacramento, Paes Carvalho e Oliveira
- Anísio Teixeira e a educação pública. A “câmara escura”

ESCOLARIZAÇÃO NA "SCHOOLED SOCIETY"

- Educação: direito social e bem simbólico
- Sociedade escolarizada e profissionalizada
- Correlações entre escolarização e favorecimento social: empregabilidade, salário, longevidade...
- Mesmo em ambiente de "inflação de diplomas"

PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO: UMA DISCUSSÃO ANTIGA (E ULTRAPASSADA?)

- Sem dúvida, antiga
- Atualíssima: CRFB e PNE
- Sobretudo, uma discussão nada inocente
- Na rede básica de educação hoje: 50.042.448 alunos, sendo 41.432.416 (82,8%) em escolas públicas e 8.610.032 (17,2%) em escolas da rede privada. As redes municipais são responsáveis por quase metade das matrículas (46,4%), o equivalente a 23.215.052 alunos, seguida pela rede estadual, que atende a 35,8% do total, 17.926.568 alunos. A rede federal, com 290.796 matrículas, participa com 0,6% do total. (CENSO, 2013)

PÚBLICO E PRIVADO: DEMARCAÇÕES E CONFUSÕES POSSÍVEIS

- Que podemos entender por público? Estatal? Que atende à maioria (povo)? Adstrito a poder?
- E por privado? Que priva alguém de algo? Restrito?
- Público com função privada? Privado com função pública? Parceria público-privado?
- Educação pública e privada: serviço público, bem público

PÚBLICO E PRIVADO NA SOCIEDADE E NA POLÍTICA BRASILEIRAS: AQUI É QUE AS COISAS SE COMPLICAM!

- O problema não se restringe a discussões filosóficas sobre público e privado
- Sociedade brasileira: publicização do privado e a privatização do público como traço cultural, estendido à governança
- Repercussão severa e abrangente: FINANCIAMENTO da educação
- Repercussões adjacentes: formação docente, carreira docente, docência como cabide de empregos (desrespeito à CRFB)

A) O ELEMENTO FEDERATIVO: FEDERALISMO "IMPORTADO"

- Do Estado unitário no império a uma forma federativa republicana contrabandeada dos EUA
- Poderio local, desigualdades regionais
- O difícil balanço entre o federalismo, a descentralização e a colaboração
- Na educação: tentativas de minimizar problemas com prerrogativas de autonomia dos entes federativos, políticas de articulação e de suplementação de verbas (PAR, PDE, FUNDEB)

B) A DISPUTA ESTADO X GOVERNOS

- Como traço da cultura política brasileira, o Estado brasileiro, impermanente, é colonizado pelos governos, que deles se apossam e assenhoreiam

- Ausência de profissionalismo (dominação racional-legal X tradicional ou mesmo carismática)

- Intermitência na administração pública

- Administração pública X administração privada

C) FISIOLOGISMOS, LOCALISMOS, NEPOTISMO: OS "DONOS DO PODER"

- A escola (pública) da dona fulana...
- A recondução no poder de dinastias, o cabide de empregos
- Diretora de escola e prefeitura
- Famílias colonizadoras na escola
- Processos seletivos escamoteados

REPERCUSSÃO NO DIA A DIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA: SACRAMENTO, PAES DE CARVALHO E OLIVEIRA

- Se, nesse momento, entramos em duas salas de aula da mesma série, mesmo turno, mesmo bairro, sendo uma instituição pública e outra privada de ensino, o que encontramos?
- O problema do "(des)enraizamento", a baixa institucionalidade, a carreira docente, as instalações, o público atendido
- Maioria dos diretores de escolas públicas no Brasil ainda é indicada para o cargo, mormente no setor municipal
- Precariedade dos contratos de trabalho no setor público

ANÍSIO TEIXEIRA E A EDUCAÇÃO PÚBLICA

A “câmara escura” (SILVA, 2015)

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando L.. Federalismo e Políticas Públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: Romualdo Portela de Oliveira; Wagner Santana. (Org.). Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasilia: UNESCO, 2010, v. 1, p. 39-70.
- COELHO, Maria Francisca Pinheiro. O Publico e o Privado na Educação: um Conflito Fora de Moda?. In: Osmar Fávero. (Org.). A educação nas Constituições brasileiras (1823-1988). 1ed.Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996, v. , p. 255-291.

  DAVIES, Nicholas. Fragilidades e desafios do financiamento em planos de educação. Educação (PUCRS. Impresso), v. 37, p. 190-200, 2014.

  FERREIRA, Eliza B.. Gestão dos sistemas municipais de educação: planejamento e equilíbrio federativo em questão. Ensaio (Rio de Janeiro. Online), v. 23, p. 545-566, 2015.
- FERREIRA, Mônica D. Peregrino. Novas desigualdades criadas pela expansão escolar na década de 1990: efeitos sobre a instituição. In: I Congresso Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação, 2009, Belo Horizonte. Família, Escola e Juventude : olhares cruzados Brasil/Portugal, 2009.
- OLIVEIRA, Ana Cristina P.; PAES DE CARVALHO, Cinthya. Gestão escolar, liderança do diretor e resultados educacionais no Brasil. In: 37ª Reunião Nacional da ANPED, 2015, Florianópolis. 37ª Reunião Nacional da ANPED, 2015.
- SILVA, Patrícia C. P. A câmara escura": trajetórias escolares e profissionais de desembargadores negros brasileiros. Tese de Doutorado. FEUFF, 2015.

O

OBRIGADA!

HUSTANAVARGAS@GMAIL.COM

CRFB

- Art. 6° São direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

- 324 remissões à palavra pública e 29 remissões à palavra privada

PNE

- 20 metas, acompanhadas de várias estratégias
- 119 remissões a público e 13 a privado

DESCAMINHOS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

1) o impacto da inflação, sonegação fiscal e da política fiscal/econômica do governo federal sobre as receitas vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE),

2) o não-cumprimento dessa exigência constitucional pelas diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) e sua impunidade,

3) o papel desempenhado pelos órgãos fiscalizadores dessa aplicação (TC),

4) a desigualdade de recursos disponíveis para a educação nas três esferas de governo,

5) o desvio dos recursos pela corrupção, burocratização e clientelismo,

6) o favorecimento constitucional/governamental às instituições particulares de ensino através de mecanismos como isenção fiscal, subvenções, salário-educação, crédito educativo.(DAVIES, 2014)

DESRESPEITO À CRFB

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.